

CONSELHO DE CENTRO  
ATA DE CONTINUAÇÃO DE SESSÃO ORDINÁRIA Nº  
07/2012

1 Aos três dias do mês de dezembro de 2012, na sala 312-3 do bloco A, do Campus  
2 Santo André, da Universidade Federal do ABC, às 13:30 horas, reuniu-se em  
3 continuação de sessão ordinária o Conselho do CCNH (ConsCCNH), tendo  
4 comparecido o presidente do Conselho Prof. Arnaldo Rodrigues dos Santos Jr., os  
5 representantes titulares Profs. Adriano Reinaldo Viçoto Benvenho, Janaína de Souza  
6 Garcia, Lúcio Campos Costa, Marcela Sorelli Carneiro Ramos, Ronei Miotto e a  
7 representante técnico-administrativo Ana Carolina Tonelotti Assis. A Prof<sup>a</sup> Giselle  
8 Cerchiaro teve ausência justificada em razão de estar em licença maternidade. A Prof<sup>a</sup>  
9 Marcella Pecora Milazzotto justificou ausência em razão de estar participando de  
10 exame de ingresso da pós-graduação em Biotecnociência, tendo sido representada  
11 por seu suplente, Prof. Álvaro Takeo Omori. Estiveram ausentes os Profs. Hugo  
12 Barbosa Suffredini e Renato Rodrigues Kinouchi. Esteve presente o Prof. Célio Adrega  
13 de Moura Júnior. Estiveram presentes os secretários Ana Lúcia Crivelari e Renato da  
14 Silva Correa formando a Secretaria do ConsCCNH. **Informes da Direção:** O Prof.  
15 Arnaldo Rodrigues dá início à continuação da sétima sessão ordinária e o Prof. Ronei  
16 Miotto deixa a sessão. O Prof. Arnaldo informa que o Prof. Ronei, vice-diretor do  
17 CCNH, não pôde permanecer na sessão devido à participação em reunião de  
18 alocação didática. **Informes dos Conselheiros:** Não há informes. **Expediente:** 1.  
19 Normas para afastamentos por longos períodos – relator Prof. Célio A. Moura Jr.: O  
20 Prof. Célio Moura relata que o tema gera opiniões diversas, mas que o documento  
21 está tomando uma forma que agrada a todos. Contudo, explica que é necessário  
22 entender melhor pontos da legislação, como a definição do pós-doutorado e a  
23 necessidade de aguardar o fim do estágio probatório para afastamentos longos, o que  
24 sacrifica docentes jovens que precisam aguardar o fim do período. Pondera sobre a  
25 proposta da Química de diferenciar afastamentos longos, curtos e intermediários. O  
26 Prof. Arnaldo explica que o limite está na interpretação da lei. Os conselheiros  
27 comentam sobre exemplos de outras universidades federais. O Prof. Célio pondera  
28 sobre a possibilidade de considerar afastamentos como missões de trabalho. A Prof<sup>a</sup>  
29 Janaína Garcia argumenta que a instituição poderia rever sua definição de períodos  
30 curtos e longos de afastamentos. O Prof. Lúcio Costa sugere que o período de 60  
31 dias, considerado como longo, seja estendido para o período de um quadrimestre. O  
32 Prof. Célio concorda que a instituição pode redefinir os períodos de afastamento,  
33 explicando que a lei não define o período, apenas o máximo de quatro anos para pós-  
34 doutorado. O Prof. Arnaldo apresenta a Lei 8.112 para discussão dos conselheiros. O  
35 Prof. Célio salienta a dificuldade em definir o que é um pós-doutorado. O Prof. Lúcio  
36 cita haver programas que entendem o pós-doutorado como institucional e vinculado a  
37 programa de pós-graduação. Sugere citar a legislação. O Prof. Célio concorda em  
38 definir as regras pensando em afastamentos vinculados a programas de pós-  
39 graduação. O Prof. Lúcio sugere a criação de uma regra geral, regida pela lei, com  
40 interpretação própria. O Prof. Arnaldo pondera sobre a questão da interpretação,  
41 dizendo que devem seguir o previsto na lei. O Prof. Lúcio recomenda nomear os tipos  
42 de afastamentos de acordo com citado pela lei. A Prof<sup>a</sup> Janaína sugere prever missão  
43 de estudo para um período de até seis meses e acima pós-doutorado. O Prof. Arnaldo  
44 sugere que para um período de até dois quadrimestres o afastamento seja definido  
45 como missão de estudo. Argumenta que a questão da necessidade de aguardar o fim  
46 do estágio probatório para se afastar nessa modalidade deve ser estudada. Emite a  
47 opinião de que, em princípio, deve ser possível considerar um afastamento de até dois

CONSELHO DE CENTRO  
ATA DE CONTINUAÇÃO DE SESSÃO ORDINÁRIA Nº  
07/2012

48 quadrimestres como missão e para períodos acima disto ser pós-doutorado. Sugere  
49 identificar na mesma resolução os afastamentos internacionais. O Prof. Lúcio ressalta  
50 a importância de estar de acordo com a legislação para não perder a possibilidade de  
51 realização de doutorados. O Prof. Arnaldo concorda em citar as possibilidades de  
52 afastamentos para realização de mestrado e doutorado, além das missões de trabalho  
53 e pós-doutorados. O Prof. Célio explica que, sobre as missões de trabalho, o  
54 regulamento consta em outra lei extensa que precisa ser estudada. Comenta acerca  
55 de sua conclusão de que as regras estabelecidas não devem limitar o número de  
56 afastamentos. Sugere não definir se será uma comissão ou um parecerista quem  
57 avaliará o projeto, deixando esta atribuição às coordenações de curso. Argumenta que  
58 as coordenações devem estabelecer quantos de seus docentes podem estar  
59 afastados e indicar como avaliar o projeto. O Prof. Lúcio concorda, mas questiona se o  
60 Conselho pode solicitar ou induzir as coordenações a procederem estes trâmites  
61 formais, garantindo a existência de uma norma formal no âmbito do curso, para que o  
62 professor saiba no que se basear para recorrer. Sugere, ainda, que a fiscalização  
63 destes procedimentos fique nos âmbitos das plenárias de cursos, e não no do  
64 Conselho. O Prof. Arnaldo afirma que é possível passar a responsabilidade às  
65 coordenações, mas pondera se isto é o ideal. Argumenta que, se de um lado não é  
66 ideal estabelecer normas muito rígidas, devido às particularidades de cada curso, por  
67 outro lado, é preciso haver uma diretriz do Conselho. O Prof. Adriano sugere  
68 estabelecer normas gerais. O Prof. Arnaldo sugere levantar os artigos da lei, estudar  
69 as restrições e encaminhar o documento em uma forma próxima da atual, com a  
70 inclusão, se possível, do termo missão de trabalho para afastamentos de até dois  
71 quadrimestres, ficando os períodos acima deste prazo como pós-doutorados. Enfatiza  
72 a necessidade de estabelecer os prazos de acordo com a lei, verificando os casos de  
73 missão de trabalho. Explica que enquanto os prazos de antecedência das solicitações  
74 de afastamentos internacionais são mais extensos, devido à necessidade de  
75 publicação no Diário Oficial da União, os afastamentos nacionais não necessitam de  
76 prazos tão longos, assim, seria possível copiar a norma adequando os prazos em uma  
77 redação para afastamentos nacionais. Consultada pelos conselheiros, a secretária  
78 Ana Lúcia Crivelari confirma que a diferença entre os dois tipos de afastamento é a  
79 publicação no Diário Oficial da União, mas pondera que ambos devem ser  
80 encaminhados à CPPD quando passam de cinquenta e nove dias. Afirma que não vê  
81 inconveniente dos dois tipos de afastamentos serem tratados na mesma norma. O  
82 Prof. Arnaldo conclui o assunto, que retorna na próxima sessão, sugerindo citar os  
83 tipos de afastamento e incluir as possibilidades de afastamento para mestrado e  
84 doutorado, considerando também estas possibilidades aos técnicos-administrativos. 2.  
85 Solicitação de afastamento do país para realização de pós doutoramento do Prof.  
86 Maximiliano U. Tonino – relator Prof. Célio: O Prof. Célio lembra que o item já foi  
87 discutido, tendo sido comentado que o professor Maximiliano tem todos os pré-  
88 requisitos para se afastar. Lembra que o único elemento dificultante é a carga didática  
89 da Física, segundo parecer do Coordenador do Bacharelado em Física que demonstra  
90 preocupação com a sobrecarga de alguns docentes. Relata que vários docentes  
91 declararam que esta dificuldade não deveria ser um entrave ao afastamento, e  
92 sugeriram utilizar professores visitantes no período. O Prof. Arnaldo pondera,  
93 apresentando as possibilidades de utilizar as dez vagas reservadas para professores  
94 visitantes, não contratando professores adjuntos neste momento, ou utilizar estas

CONSELHO DE CENTRO  
ATA DE CONTINUAÇÃO DE SESSÃO ORDINÁRIA Nº  
07/2012

95 vagas com estes professores. Sugere se pensar em uma divisão pelos cursos do  
96 Centro. O Prof. Lúcio comenta que os cursos podem negociar as vagas. A Profa.  
97 Janaína sugere a utilização imediata das vagas. O Prof. Arnaldo explica a necessidade  
98 de verificar o dimensionamento de cursos dos coordenadores. Propõe a realização de  
99 uma sessão extraordinária em fevereiro com a presença dos coordenadores de curso  
100 para definir o assunto. Expõe ser preciso verificar acerca de outras vagas para o  
101 CCNH. Concorde, em princípio, que sejam definidas duas vagas para cada curso. Cita  
102 a importância de haver uma escala para as saídas. Informa que apresentará na  
103 próxima sessão o trâmite para contratação de professores visitantes. Sugere um  
104 encaminhamento para estes casos pontuais e que se discuta a norma para aplicação  
105 a partir de 2013. A Prof<sup>a</sup> Janaína ressalta haver duas solicitações de afastamentos  
106 pendentes na pauta para os meses de maio e abril. Após esclarecimentos acerca dos  
107 prazos, a Prof<sup>a</sup> Janaína propõe passar os itens 2 e 3, referentes às solicitações de  
108 afastamentos dos professores Maximiliano U. Tonino e Ivanise Gaubeur,  
109 respectivamente, para a ordem do dia. Vários conselheiros secundam. O Prof. Célio  
110 diz que o afastamento do professor Maximiliano deverá ser publicado no Diário Oficial  
111 da União com o termo com ônus da CAPES. O Prof. Arnaldo reconhece que, nos  
112 casos em que as coordenações assumirem a carga didática será possível a aprovação  
113 pelo Conselho. Encaminha para a votação a solicitação de afastamento do professor  
114 Maximiliano que é aprovada por unanimidade. 3. Solicitação de afastamento do país  
115 para realização de pós doutoramento da Prof<sup>a</sup> Ivanise Gaubeur – relatora Prof<sup>a</sup>  
116 Janaína: estando o item na ordem do dia, a Prof<sup>a</sup> Janaína relata que as coordenações  
117 de graduação e pós-graduação em Química foram favoráveis ao afastamento da  
118 professora Ivanise Gaubeur, comprometendo-se a assumir sua carga didática. Em  
119 votação, a solicitação é aprovada por unanimidade. O Prof. Arnaldo informa que as  
120 solicitações serão encaminhadas à CPPD. 4. Política de comunicação do CCNH –  
121 relator Prof. Álvaro Takeo Omori: O Prof. Álvaro Omori relata que a proposta de  
122 Política de Comunicação foi elaborada pela Equipe de Gestão da Comunicação do  
123 CCNH, a qual foi criada pela Direção para melhorar os processos de comunicação do  
124 Centro. Explica que as ações desta equipe visam resolver os problemas de  
125 comunicação existentes, melhorando os processos de comunicação. Relata que uma  
126 destas ações para sanar o problema é estabelecer uma Política de Comunicação.  
127 Informa que foi enviado e-mail para a comunidade UFABC apresentando uma  
128 proposta de política para apreciação, sugestões e críticas. Explica que era esperada  
129 participação, mas não houve resposta ainda. Ressalta a importância de tratar da  
130 comunicação e argumenta que, apesar de todos estarem atarefados, é preciso  
131 resolver este problema para que os fluxos acadêmicos e administrativos possam  
132 melhorar. Enfatiza que conselheiros e demais membros da comunidade precisam  
133 participar da elaboração desta política. Conclui o relato solicitando que os conselheiros  
134 avaliem a proposta e sugiram alterações. O Prof. Arnaldo passa a palavra ao  
135 secretário-executivo Renato Correa, coordenador da Equipe de Gestão de  
136 Comunicação do CCNH. O secretário-executivo Renato discorre sobre o trabalho  
137 elaborado pela Equipe de Gestão de Comunicação, enfatizando a importância de  
138 participação de todos na elaboração da Política de Comunicação do CCNH, alegando  
139 que só desta forma a política poderá responder as demandas de docentes, discentes,  
140 técnicos-administrativos e demais públicos do Centro. Solicita aos conselheiros que,  
141 como formadores de opinião, possam ajudar na divulgação do processo de consulta,

CONSELHO DE CENTRO  
ATA DE CONTINUAÇÃO DE SESSÃO ORDINÁRIA Nº  
07/2012

142 além de participar. Informa que, no momento, a proposta está disponível no site do  
143 CCNH para a participação via e-mail, mas que pretendem realizar um evento  
144 presencial para participação de todos. Abre aos conselheiros a possibilidade de  
145 sugerirem alternativas, inclusive para o formato do evento. Agradece a oportunidade.  
146 O Prof. Célio sugere citar exemplos de como a política poderá incidir na realidade. O  
147 Prof. Takeo explica que o teor da proposta de política não é restritivo. Esclarece que a  
148 intenção da política é formalizar os processos de comunicação do Centro, através de  
149 normas amplas, para a partir dela poder trabalhar com as questões mais específicas.  
150 Ressalta que a política incidiria positivamente, por exemplo, na divulgação do Centro e  
151 na comunicação entre os docentes do CCNH. O Prof. Arnaldo complementa citando  
152 que a UFABC participará da TV-CAPES, o que demonstra a necessidade de  
153 divulgação e do estabelecimento de uma política de comunicação. Argumenta ser  
154 essencial discutir as formas de comunicação e divulgação. Cita o exemplo das  
155 distorções no uso dos e-mails, que devem ser corrigidas. O Prof. Lúcio comenta o fato  
156 da UFABC não contar com uma faculdade de Comunicação, o que facilitaria a  
157 resolução destas dificuldades. Sugere a consulta de políticas de comunicação de  
158 outras instituições. Comenta acerca de questões mais amplas que envolvem toda a  
159 UFABC. Considera a iniciativa apresentada como pioneira e propõe que ela possa  
160 alicerçar outras iniciativas de comunicação na UFABC. O Prof. Arnaldo passa a  
161 palavra novamente ao secretário-executivo Renato Correa. O secretário-executivo  
162 Renato explica que a proposta se baseou em políticas de outras instituições e seu  
163 intuito também é alicerçar outras iniciativas. Enfatiza a necessidade do processo de  
164 construção da política ter participação da comunidade para sua legitimação. A Prof<sup>a</sup>  
165 Janaína sugere discutir a questão em 2013, alegando que neste fim de ano todos  
166 estão ocupados e se for forçada a discussão não haverá resposta. O Prof. Lúcio  
167 comenta que, de maneira geral, na UFABC todos são chamados a discutir uma série  
168 de questões e é difícil filtrar o que devem tratar. Alega que existe uma sobrecarga  
169 sempre aos mesmos professores. Sugere que os professores mais novos sejam  
170 estimulados a se envolver. O Prof. Álvaro concorda em incentivar a participação  
171 destes docentes. O Prof. Arnaldo alega que, por outro lado, não é possível obrigar a  
172 participação. A Prof<sup>a</sup> Janaína sugere aumentar o grupo de discussão com pessoas  
173 que não estejam envolvidas em outras atividades, dependendo menos da consulta à  
174 comunidade. O Prof. Lúcio sugere que os sites do CCNH e da UFABC divulguem os  
175 participantes de grupos e comissões para se ter mais clareza e transparência das  
176 participações. Os conselheiros discutem a questão de participação em comissões e  
177 grupos. Concluem ser necessária a divulgação das informações de comissões e  
178 representantes. Decidem que o item retornará ao expediente da primeira sessão de  
179 2013. Como nenhum dos participantes desejasse fazer uso da palavra, o presidente  
180 da sessão agradece a presença de todos e a encerra às 15 horas e 30 minutos. Do  
181 que para constar, nós, Ana Lúcia Crivelari e Renato da Silva Correa, secretários do  
182 ConsCCNH, lavramos a presente ata.